



# À espera do baby boom

Famílias numerosas discutem **estratégias para inverter a descida da natalidade**

**Gabriela Oliveira**

«AS FAMÍLIAS numerosas não são um problema, são a solução», defendeu Raul Sánchez, da Universidade Internacional da Catalunha, no encerramento do 2.º Congresso da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN).

A queda da natalidade na Europa e as diferentes políticas de família foram debatidas no Centro de Congressos do Estoril, no fim-de-semana passado, numa concentração que juntou cerca de 250 famílias numerosas.

Um dos dados em discussão foi o facto de o índice sintético de fecundidade – indica o número médio de filhos por mulher em idade fértil –

se encontrar muito abaixo do limiar de renovação, fixado em 2,1 filhos.

Dados mais recentes (relativos a 2007) apontam para 1,3 filhos, mantendo-se a tendência de queda, o que faz com que Portugal esteja entre os países da UE com menor índice de fecundidade: é o 21.º.

Mas o cenário não é favorável em praticamente nenhum país europeu. As mulheres têm cada vez menos filhos e adiam cada vez mais a maternidade (a idade média para o primeiro filho ronda os 30 anos).

Irlanda, França, Reino Unido e Suécia, são os países da União Europeia onde as mulheres têm mais filhos, graças a políticas de apoio à

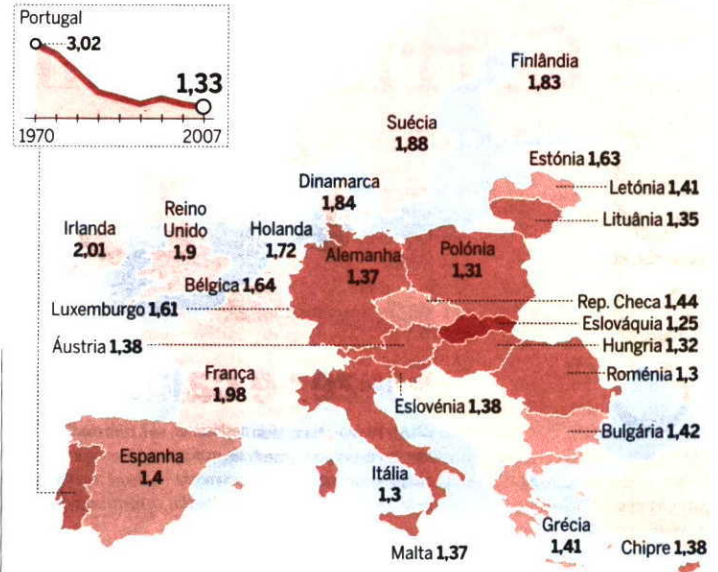
natalidade. Todos os outros estão ainda «mergulhados no que os especialistas definem como Inverno Demográfico», referiu Carolina Montoro, investigadora da Universidade de Navarra. A Leste registam-se os mais baixos índices de fecundidade e a conjuntura de crise económica não ajuda a inverter a tendência.

O que permitiu a subida exemplar da natalidade em países como França ou Suécia? «Há uma estreita ligação com o investimento público», lembrou a investigadora.

A APFN defende a actualização do valor dedutível no IRS por cada menor dependente para três mil euros e pede «o fim da discrimina-

## Numero de filhos por mulher, na Europa

Índice de Fecundidade, valores de 2007



### ção das famílias casadas».

É que apenas os não-casados com filhos podem deduzir à colecta 20% do valor da pensão de alimentos. O aumento em 20% do abono para famílias monoparentais é também contestado: «O estado civil não deve servir para beneficiar ou penalizar ninguém». A revisão do imposto municipal sobre imóveis, do imposto automóvel e

do tarifário da água em função da dimensão do agregado familiar são outras medidas reivindicadas pela associação: «Antes de o Estado falar em apoios, deve parar de penalizar quem tem mais filhos».

### SOL premiado

No congresso, o SOL foi distinguido pela APFN

com o Prémio para a Comunicação Social.

Este galardão foi atribuído ao jornal «pelo trabalho de contínua divulgação de famílias numerosas» na revista *Tabu*.

Recorde-se que desde a primeira edição nos quase três anos de vida do SOL já foram publicadas 141 reportagens sobre o tema.